

Solicitações de Esclarecimento

1 - Edital

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO N.º 06

PMI N.º
1548/2019

2 - Empresa

INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA

3 - Esclarecimentos

1) Segundo o item 3.1.4 do edital o mesmo cita que poderá ser apresentados atestados emitidos por pessoas Jurídicas do Brasil ou do exterior. Ainda na Seção V o mesmo cita em vários lugares a permissão de uso de atestados de serviços prestados no Brasil ou Exterior, entretanto o mesmo não restringe à possibilidade de apresentação de atestados em favor de empresas do mesmo grupo econômico. Diante disso:

Considerado que o edital solicita experiência em serviços de Transformação Digital, o que demanda a contratação de uma consultoria especializada para realizar projetos de inovação com uso de tecnologias emergentes, ou seja, que estejam atualizadas e que possuem expertise de vários mercados, sendo estes nacionais ou internacionais;

Considerando que o edital em referência tem como objeto selecionar empresas para trabalhar em regime de parceria em conjunto com o SERPRO, com fundamento na Lei 13.303/2016, o qual descreve normativas diferente da lei. 8.666;

Considerando que o edital não é explícito com relação à possibilidade de apresentação de atestados em favor de empresas do mesmo grupo econômico do parceiro-consultor, o que já é usual em Empresas Públicas Brasileiras como Petrobras e Banco do Brasil, também regidas pela Lei 13.303/2016, conforme documentos em anexo, gostaríamos de destacar alguns fatores importantes que ajudarão esta Comissão a avaliar de forma mais completa a nossa pergunta.

a) Os serviços ora licitados possuem, por sua natureza, grau de especificidade e complexidade técnica consideráveis, especialmente em razão de Transformação Digital na administração pública ser inovação tecnológica;

b) Eventual limitação de participação de empresas integrantes do mesmo grupo econômico da licitante que sejam detentoras de tais atestados limitaria a participação de empresas que possuem esse conhecimento e estão capacitadas para o presente processo, prejudicando, por consequência, a escolha da proposta mais vantajosa para o SERPRO;

c) *Entende a melhor doutrina em Direito Administrativo que (...) a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível.* (grifo nosso) (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 19 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 227);

d) *Por inexistir óbice, podemos observar que é prática recorrente entre as Estatais, tais como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Infraero e Banco do Brasil, a aceitação de atestados em nome de integrante do mesmo grupo econômico, desde que comprovada a relação entre elas, o que poderá ser feito através de documentos de constituição das empresas, tais como Contrato Social, Certidão da Junta Comercial, Annual Report, ou informações presentes nos portais eletrônicos oficiais das empresas;*

e) *Admitir a aceitação de atestados em nome de empresas integrantes do mesmo grupo econômico do parceiro-consultor permitirá não só maior competitividade, como também o desenvolvimento eficiente e eficaz da economia nacional, trazendo conhecimento e expertise técnicos já desenvolvidos e aplicados com sucesso em outros países. Isto porque a experiência de uma empresa, que constitui sua propriedade imaterial, é amplamente compartilhada na sua extensão do modelo de operação;*

Tendo em vista os fatores acima elencados, entendemos que serão aceitos no presente processo atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outras empresas do mesmo grupo econômico do parceiro-consultor, por tratar-se de compartilhamento de metodologias, recursos e expertises, e também por propiciar um maior número de concorrentes devidamente qualificados, com vistas ao oferecimento, em termos de qualidade e excelência, dos melhores serviços para o SERPRO. Está correto o nosso entendimento?"

Resposta: De acordo com o item 2.2 alínea "F". Não serão admitidas a participação de: "Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição".

Brasília, 12 de novembro de 2019.